



DE ACORDO COM ANTÓNIO SARAIVA, PRESIDENTE DA CIP

## Pagar impostos tem de partir de pressupostos de razoabilidade



António Saraiva é de opinião que as cargas fiscal e parafiscal atingiram o limite comportável.

“Pagar impostos, sendo uma inevitabilidade, tem de partir de pressupostos de razoabilidade. A sobrecarga de impostos acima do razoável a que estão sujeitas as empresas torna ainda mais difícil a sua luta pela sobrevivência”. Esta a opinião manifestada por António Saraiva, presidente da CIP, numa entrevista concedida à Revista TOC, na qual critica o

actual sistema fiscal, muito penalizador para o tecido empresarial.

António Saraiva considera que as cargas fiscal e parafiscal atingiram o limite. Ou seja, chegou-se ao limite no que toca à capacidade de absorção dos impostos. Refere a este propósito o dirigente associativo: “É verdade que as empresas para fazerem face a necessidades de tesouraria

relacionas com os impostos têm, muitas vezes, de se endividar junto do sistema bancário. Por exemplo, em relação ao IVA, que viu a sua taxa normal novamente aumentada, é necessário entregar ao Estado um montante que ainda não se recebeu, o que requer muito engenho na gestão da tesouraria das empresas.”

Defende que cabe ao Estado reduzir, substancialmente, a sua despesa, de forma a aliviar as empresas, bem como as famílias, da forte carga fiscal que sobre elas recai. As empresas estão no limite das suas capacidades. “Para além do mais, carga fiscal significa afectação de recursos escassos para outros fins que não o investimento, o que condiciona o crescimento económico. Pagar impostos é uma inevitabilidade, mas temos de ser razoáveis.”

O presidente da Confederação Empresarial de Portugal chama também a atenção para a para o facto do sistema fiscal contribuir para uma menor atractividade no que respeita ao investimento estrangeiro. “Na área fiscal, a pouca atractividade de Portugal decorre não só da grande ne-

cessidade de receita e, logo, do montante de impostos a pagar – nomeadamente pelas empresas – mas também da complexidade do sistema fiscal, da sua elevada carga burocrática, legislativa e administrativa e da sua falta de clareza e estabilidade. Também continuaremos a ser pouco atractivos para o investimento estrangeiro enquanto existirem problemas no funcionamento do sistema judicial, em geral, e mais especificamente, em relação à resolução de litígios na área fiscal.”

António Saraiva não deixou ainda de referir a importância dos técnicos oficiais de contas em todo este cenário muito difícil e complexo. Acrescenta sobre esta matéria: “A informação rigorosa e fidedigna é fundamental para a tomada de decisões. O estreitamento da relação TOC/empresas, baseado em laços de forte confiança, é da maior importância. Os empresários têm de focar a atenção no que é o seu centro da sua actividade, o mercado, a concorrência. É necessário que sejam apoiados por profissionais rigorosos e competentes, como é o caso dos TOC.”